



Universidade de Brasília – UnB  
Decanato de Ensino de Graduação  
Universidade Aberta do Brasil - UAB  
Instituto de Artes - IDA  
Departamento de Música  
Curso de Licenciatura em Música à Distância

**Trabalho de Conclusão de Curso**

**A ARTICULAÇÃO ENTRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA  
ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL E A LEI 11.769 /2008**

**GENALDO FERNANDES DE MENDONÇA**

**Brasília**

**2014**

GENALDO FERNANDES DE MENDONÇA

**A ARTICULAÇÃO ENTRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA  
ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL E A LEI 11.769 /2008**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
avaliação na disciplina Elaboração de  
Projeto de Final de Curso

Orientadora: Profª. Drª Teresa Mateiro

Brasília – DF

2014

**Dedicatória:** *À minha querida mãezinha de 85 anos Graciema Fernandes; Minha querida e amada namorada Maria Aparecida Leal; Ao amigo Patrício de Lavenère; Meu Genro Flávio Wagner; minhas queridas filhas Priscilla Gabrielle Mendonça e Patrícia Cristinne de Mendonça pelo incentivo, apoio e compreensão nas horas mais difíceis durante este curso e ao amigo que nos deixou tão cedo: "Érick (Em memória)".*

## **AGRADECIMENTOS**

### **Minha sincera gratidão:**

Primeiramente a Deus, por me dá saúde e força me guiando por este caminho maravilhoso da música.

Agradecimento muito especial ao amigo e companheiro de profissão Patrício de Lavenère (Ticho), principal responsável no incentivo do meu ingresso neste curso de licenciatura em música da UNB.

Aos professores da área de Educação Musical do Departamento de Música da Universidade de Brasília, por terem me ajudado nesta primeira etapa como docente em música.

Aos músicos que encontrei em minha vida e que me ajudaram no conhecimento da profissão.

Aos Professores/Tutores presenciais e funcionários do polo de Anápolis: Regina Galante; Eduardo Barbaresco; Marli Rodrigues (Coordenadora); Eduardo e Sr. Jorge, pessoas que sempre me apoiaram nos encontros presenciais.

Aos colegas de turma do polo de Anápolis: Fábio Eugênio; Ana Cristina; Marcelo de Assis; Conceição e Manoel Marques; Ronan Pinheiro; Carlos Alberto Ribeiro; Jesus Pedro; Flávia de Freitas; Lorna Duarte; Paulo César; Richardson e em especial ao nosso querido colega, que nos deixou, tão precocemente, (Érick). Todos estarão para sempre guardados em minha lembrança.

Aos meus irmãos Genivaldo (Potoka) e Gecimar Mendonça; minha querida namorada Cidinha Leal e meus familiares. Meu agradecimento especial também ao Daniel Baker que muito me ajudou nos momentos difíceis e nas trocas de ideias diante ao meu tema de TCC e a todos os amigos que incentivaram e testemunhou esta minha nova caminhada.

A minha querida Orientadora: Professora Dra. Teresa Mateiro, pela paciência, estímulo e dedicação para comigo.

Aos meus amigos do quarteto musical MARAKAMUNDI (Daniel Baker; Patrício de Lavenère - Ticho; Raimundo Nonato - Tex e José Luiz Garcia - Zé Luiz), pelo incentivo, amizade e apoio nesse novo desafio.

## **LISTA DE SIGLAS:**

**LDB** – Leis de Diretrizes e Base da Educação

**PPP** – Projeto Político Pedagógico

**DCN** – Diretrizes Curriculares Nacionais

**SEDF** – Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal

**MEC** – Ministério da Educação e Cultura

**GAP** – Grupo de Articulação Parlamentar Pró Música

**ABEM** – Associação Brasileira de Educação Musical

**ESM** – Estágio Supervisionado em Música

**FNDE** - Fundo Nacional do Desenvolvimento

## **RESUMO**

O objetivo deste trabalho foi investigar a possível articulação entre o Projeto Político Pedagógico de uma escola pública do Distrito Federal e a implantação da Lei 11.769/2008. Para tanto, por meio da análise do Projeto Político Pedagógico, foi importante saber como e de que forma a educação musical está inserida nesse ambiente escolar. A metodologia adotada foi a pesquisa com abordagem documental, pois considerou como fontes de informação o Projeto Político Pedagógico e o Relatório de Estágio Supervisionado em Música 03, escrito por este pesquisador. A referida escola, chamada de Fênix neste trabalho, em sua ação central no Projeto Integral realiza as atividades educacionais de acordo com as articulações promovidas pelo poder público, nas quais são desenvolvidas por intermédio de várias oficinas oferecidas aos alunos como atividades extracurriculares. Essas oficinas foram inseridas na escola para suprir as necessidades da “Educação Integral”, que constitui uma estratégia provisória para a efetivação da expansão da jornada escolar. O PPP não prevê ações para implementação do conteúdo de música na disciplina de arte, conforme disposto na Lei 11.769/2008. Durante o período em que estagiei, a referida lei ainda não estava sendo respeitada nem tampouco conhecida por boa parte dos gestores das escolas públicas que, por sua vez, estão criando projetos paliativos como as oficinas de violões e contratando monitores das comunidades, ao invés de estarem requisitando do governo, por meio de concursos públicos, professores gabaritados e licenciados em música para o ensino da educação musical escolar. Este trabalho tem como conclusão: a urgência na implantação da Lei 11.769/2008, a necessidade de haver professores com formação em Educação Musical e o incentivo da escola na participação da comunidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Projeto Político Pedagógico, Educação Integral, Ensino de Música, Lei 11.769.

## **ABSTRACT**

The objective of this study was to investigate the possible connection between the Pedagogical Political Project of a public school in the Federal District and the implementation of Law 11.769 / 2008. Therefore, through the analysis of Project Political, was important to know how and how music education is part of this school. The methodology included documentary research approach because considered as sources of information the Pedagogical Political Project and the Training Report Supervised 03 in Music, written by this researcher. In That school, called Phoenix in this work, in its central action in Integral Project, conducts educational activities according to the joints promoted by the government, in which are developed through various workshops offered to students as extracurricular activities. These workshops were included in the school to meet the needs of "Integral Education", which is an interim strategy for effective expansion of the school day. The PPP does not provide for actions to implement the music content in the art of discipline, according to Law 11.769 / 2008. During the period of internship, this law was not being respected nor known by most public school managers who, in turn, are creating palliative projects such as the workshops of guitars and hiring monitors communities, rather than are requesting the government, through public tenders, guideposts and graduated in music for teaching school music education. This work is completed: the urgency in the implementation of Law 11.769 / 2008, the need for teachers with degrees in Music Education and the school encourage community participation.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP .....	9
EDUCAÇÃO INTEGRAL .....	10
REFLEXÕES SOBRE A LEI Nº 11769 .....	12
FONTES DE INFORMAÇÃO: PPP E RELATÓRIO DE ESTÁGIO .....	14
SOBRE A ESCOLA FÊNIX .....	14
ANÁLISE: PPP E RELATÓRIO DE ESTÁGIO .....	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	19



## INTRODUÇÃO

Na busca por compreender e investigar a implementação da Lei 11.769 (BRASIL, 2008), desenvolvi um estudo baseado no Projeto Político Pedagógico de uma escola pública do Distrito Federal, onde a política educacional tem uma proposta de gestão democrática, com eleição direta para diretores, planos de cargos e salários para professores contratados e concursados, e incentivos à formação continuada dos profissionais que atuam nesta escola.

O propósito desse trabalho foi, portanto, investigar a possível articulação entre o Projeto Político Pedagógico desta escola pública e a implantação da Lei 11.769/2008, bem como saber de que forma a música está inserida no projeto de educação integral neste ambiente escolar, por meio da análise do Projeto Político Pedagógico e o que este documento prevê sobre Educação Musical. Esta Lei é relativa ao ensino obrigatório do conteúdo de música na disciplina de arte na educação básica (BRASIL, 2008).

Nos desdobramentos dos debates políticos durante o ano de 2008, a educação musical nas escolas destacou-se dos outros, quando foi levado ao Poder Legislativo. Neste, a Comissão de Educação do Senado Federal sugeriu uma Audiência Pública, tendo por tema o retorno do ensino de música às escolas da Educação Básica (PEREIRA, 2010). Estiveram envolvidos neste processo: o Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música (GAP), músicos e a Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM). À Audiência, seguiu-se o encaminhamento do Projeto de Lei que foi aprovado por unanimidade no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Nessa redação, constavam três propostas: a música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte; o ensino da música será ministrado por professores com formação específica na área; os sistemas de ensino terão três anos letivos para se adaptarem às exigências estabelecidas (BRASIL, 2008). No entanto, ao longo das audiências e votações, o Ministério da Educação (MEC) sinalizava certa oposição ao inciso que versava acerca da formação específica na área. Esta oposição ficou transparente quando da publicação da Lei, pois a sanção presidencial veio acompanhada do veto ao citado inciso. As razões ao veto centram-se na compreensão da “formação específica na área”, pois, de acordo, com a mensagem o seu significado é indefinido e ambíguo. Além disso, refere-se ao Artigo 62 da Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sem indicar, com clareza, a articulação entre o referido Artigo e o entendimento que o termo “formação específica” abrange, ou seja, formação musical,

formação pedagógica em música ou outro tipo de formação. Na justificativa, comenta-se acerca de uma formação “acadêmica” em música, ou seja, formação universitária, não necessariamente a formação pedagógica realizada nos cursos de licenciatura, o que dá muitos significados a formação. Portanto, é necessário observar a relação atribuída entre o Artigo 62 e a designação “formação específica na área” (ALVARENGA, 2011, p. 03).

O ensino de música na escola pública do Distrito Federal em questão está sendo oferecido em formato de oficina de violão dentro do Projeto Integral, observado por este pesquisador durante o período do primeiro semestre de 2014, quando estagiava. Este projeto tem uma característica de cunho social, contribuindo para a melhora da qualidade da educação pública dentro do ambiente escolar e promove a diminuição de um dos fatores principais numa sociedade que é a exclusão. Entretanto, gostaria de ressaltar que este Projeto Integral é uma estratégia provisória que atente parte dos alunos matriculados e não a sua totalidade, não podendo assim ser tomado como um projeto definitivo que atenda o proposto pela Lei 11.769 - (BRASIL, 2008), considerando os problemas estruturais existentes nesta escola para um ensino musical de qualidade e que tenha música para todos.

## **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP**

Na elaboração de um PPP é necessário, primeiramente, definir a identidade da escola e, em sequência, indicar caminhos, que visem buscar um ensino de qualidade. Devem constar todos os detalhes como: objetivos, diretrizes e ações a serem desenvolvidas dentro do processo educativo, sendo que tais ações expressam as exigências legais do sistema educacional, bem como as necessidades, propósitos e expectativas da comunidade escolar e ao mesmo tempo, contribuir para a sua transformação (BARBOSA, 2014).

Barbosa (2014) destaca que a sua elaboração precisa contemplar os seguintes tópicos: Missão; Clientela; Dados sobre a aprendizagem; Relação com as famílias; Recursos; Diretrizes pedagógicas; Plano de ação.

Esse documento visa alcançar, por meio de suas ações, todos os seus objetivos. Do conjunto dessas aspirações e dos meios a serem colocadas em práticas é de onde nasce o Projeto Político Pedagógico e as palavras contidas no nome do documento dizem o que ele é:

É **projeto** porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo e visa buscar um suporte central nos objetivos de tais ações, propiciando aos alunos a construção do conhecimento.

É **político** em função de a escola ser um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, os quais atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir. Segundo Freire (1997, p. 96): “O que importa é que a escola de nossa atualidade eduque seu aluno e suas famílias no sentido da responsabilidade social e política, de que somos tão carentes ainda. Responsabilidade que só se ganha vivendo. Que só se obtém inserindo em projetos onde seja experimentada”.

É **pedagógico** por definir e organizar todas as atividades voltadas para os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Libâneo (2004):

O projeto político-pedagógico pode ser comparado, de forma análoga, a uma árvore. Ou seja, plantamos uma semente que brota, cria e fortalece suas raízes, produz sombra, flores e frutos que dão origem a outras árvores, frutos... Mas, para mantê-la viva, não basta regá-la, adubá-la e podá-la apenas uma vez (LIBÂNEO, 2004, p. 152).

Na junção dessas três palavras, Projeto, Político e Pedagógico, o PPP se agiganta em formato de guia documental disciplinar para ser seguido não apenas por gestores e professores, mas também funcionários, alunos e famílias. Este documento tem que ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre o caminho a seguir e também ser flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos.

## **EDUCAÇÃO INTEGRAL**

Existe uma preocupação por parte do Governo Federal em estabelecer nas instituições educacionais públicas do país, uma Educação por tempo Integral. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) por meio do “Programa Mais Educação” (PME), estimula as escolas para que tenham iniciativas e criem temas que gerem integração entre a escola e a comunidade. Neste projeto governamental, é importante realizar um mapeamento para resgatar aspectos sociais e culturais bem como a mobilização dos grupos envolvidos no projeto de Educação Integral.

O Programa Mais Educação promove a Educação Integral de crianças, adolescentes e jovens, no qual obtém resultados das atividades que estão inseridas no projeto de aprendizagem desenvolvido pela escola e esta proposta contempla diferentes dimensões nos elementos fundamentais, principalmente na definição como tempo e espaço, formação de educandos e educadores, relação entre a escola e comunidade e a articulação entre os diferentes saberes. Pacheco, (2008) ressalta que no debate sobre este tema, essas dimensões são altamente relevantes e merecem uma ampla reflexão sobre seu papel e suas implicações.

Na proposta de Guará (2006) em “A compreensão da formação integral associada à Educação Integral”, diz o seguinte:

Na perspectiva de compreensão do homem como ser multidimensional, a educação deve responder a uma multiplicidade de exigências do próprio indivíduo e do contexto em que vive. Assim, a educação integral deve ter objetivos que construam relações na direção do aperfeiçoamento humano. [...] ‘A educação, como constituinte do processo de humanização, que se expressa por meio de mediações, assume papel central na organização da convivência do humano em suas relações e interações, matéria-prima da constituição da vida pessoal e social (GUARÁ, 2006 *apud* PACHECO, 2008, p.5).

O Projeto de Educação Integral reconhece a obrigação do poder público mediante a liberação de recursos financeiros e políticas, para que se tenha a condição de operacionalização deste projeto na vida diária desta escola (PACHECO, 2008, p. 5).

O Projeto estimula os gestores das instituições educacionais públicas por meio dos investimentos do poder público, os quais inserem em seus Projetos Políticos Pedagógicos, ações educacionais voltadas para as soluções de problemas de alunos com dificuldades de aprendizagens, os quais estarão no ambiente escolar durante todo o dia. A educação deve ser, por definição, integral, abrangendo todas as dimensões e etapas no desenvolvimento humano, e dando sentido à construção de conhecimentos adquiridos ao longo de toda a vida. Na dissertação de Schwarzberg, a autora cita que:

O Programa Mais Educação, em seu Manual Operacional de Educação Integral (MEC, 2013, p. 10) enfatiza que a ampliação do tempo escolar na perspectiva da Educação Integral busca expandir o horizonte formativo do estudante e estimular suas múltiplas dimensões formativas (cognitiva, ética, estética, política, social e cultural). Retoma o Relatório Delors (UNESCO), trabalhando na Educação Integral com os quatro pilares da educação: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a conhecer e aprender a fazer (SCHWARZBERG, 2014, p. 71).

Apresento a seguir análises e reflexões sobre a imediata implantação da Lei 11.769/2008, bem como a trajetória do ensino de música e as questões a serem debatidas sobre o tema.

## **REFLEXÕES SOBRE A LEI Nº 11.769**

Ao analisar trabalhos científicos, percebi em diversos autores (PENNA, 2007; FONTERRADA, 2007; SOBREIRA, 2008; RADICETTI, 2012; QUEIROZ, 2012); que suas conexões, reflexões e análises a respeito da implantação da Lei 11.769/2008, são em sua maioria, formas de despertar a sua ação imediata. Contudo, há diversas questões a serem debatidas sobre a Lei, dentre elas encontra-se o comprometimento da inserção da música nas escolas públicas, em suas diferentes concepções e convicções dos diretores, coordenadores e professores de artes não especialistas em música.

Segundo Sobreira (2008), as análises da trajetória do ensino de música, bem como a implantação de uma nova Lei, justifica o empenho na mobilização causada pela aprovação desta Lei 11.769/2008 que está, oficialmente, disputando o espaço com outras disciplinas escolares já notadamente estabelecidas. A autora destaca que “a referida lei estimula o debate entre os educadores e, de modo mais amplo, na sociedade, suscitando reflexões teóricas que ajudam a avançar nas discussões” (p.3). Aponta, ainda, que o veto representava uma tentativa de se abrir uma brecha legal para que as aulas de música pudessem ser ministradas, nas escolas da Educação Básica por profissionais não habilitados em cursos de Licenciatura em Música. Isso nos remete às perguntas levantadas por Penna (2007, p.51): “Para que uma licenciatura em música, então? Isso parece se basear na (falsa) crença de que não há necessidade de uma preparação específica para a atuação docente”.

Há dificuldades para a implementação do ensino de música nas escolas da rede pública, entre elas a falta de docentes para trabalhar na área. De acordo com Fonterrada (2007, p.29), “ainda não há uma política nacional firmemente sedimentada que ampare o retorno da música às escolas, e nem profissionais habilitados em número suficiente para levar adiante esse projeto”. Ainda que a autora tenha escrito isto antes da aprovação da Lei 11.769/2008, pode-se dizer que esse contexto permanece na maioria das escolas públicas.

Radicetti (2012), conta que pouco tem sido feito para o cumprimento da implementação da Lei e ao analisar a Campanha “Quero Educação Musical na Escola” afirma que:

Aqueles que tomaram parte ativamente na Campanha ‘Quero Educação Musical na Escola’ consideraram desde sempre que a Lei aprovada não seria suficiente para romper a inércia estabelecida de longa data, ou cumprir, minimamente, o papel de centelha capaz de transformar de forma definitiva, a educação no Brasil. Essa projeção é uma idealização necessária, a utopia necessária (RADICETTI, 2012, p.63).

O autor contextualiza a Sessão Presidencial, de 18 de Outubro de 2008, da Lei 11.769/2008, a qual teve como objetivo, comunicar aos interessados que era preciso mobilizar mais uma vez no “Quero Educação Musical na Escola”, que se insere como um movimento na história da Educação Musical no Brasil, e que as instâncias institucionais responsáveis pelo Ensino Básico no país, fizessem valer e implementassem imediatamente a Lei. Na promulgação desta, em 18 de Agosto de 2008, houve muito entusiasmo, esperança e incertezas gerando, assim, questões que necessitam ser pensadas, analisadas e discutidas.

Pretendo levantar algumas questões numa visão panorâmica que para mim, ainda não estão bem esclarecidas e a pesquisa bibliográfica e documental de Queiroz (2012), está bastante relacionada ao tema deste artigo porque visa mostrar analiticamente a trajetória histórica e política da educação musical no que tange à legislação nacional e às alterações atuais da LDB 9.394/1996, provida pela Lei 11.769/2008. Segundo o autor, “as discussões estão alicerçadas em uma pesquisa bibliográfica que possibilitou a análise de publicações da educação musical, identificando tendências, avanços e problemas que permeiam a literatura da área dedicada ao tema em discussão” (p.24).

Para transformar e romper a inércia da educação musical nas escolas públicas, já estabelecidas a um longo tempo, serão necessárias mais mobilizações daqueles que estão envolvidos em campanhas voltadas para o cumprimento da Lei, pois a simples aprovação desta, não é o suficiente nesta projeção.

## **FONTES DE INFORMAÇÃO: PPP E RELATÓRIO DE ESTÁGIO**

O Projeto Político Pedagógico de uma Escola Pública do Distrito Federal, denominada neste trabalho como Escola Fênix<sup>1</sup>, foi o objeto de estudo desta pesquisa, considerando que o objetivo versava investigar a possível articulação entre esse documento, criado para o ano letivo de 2014, e a implantação da Lei 11.769/2008 na referida escola. Participaram da elaboração do PPP desta escola os seguintes professores, que no momento ocupavam os cargos de: Diretora; Vice-diretora; Secretária; Supervisor Pedagógico; Supervisor administrativo e quatro Coordenadores Pedagógicos. Além disso, o Relatório de Estágio Supervisionado em Música III, escrito por este pesquisador, também foi fonte de informação, uma vez que o estágio foi realizado nesta Escola no primeiro semestre de 2014. Dessa forma, a metodologia adotada foi a pesquisa com abordagem documental.

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica sendo, por vezes, tratada como sinônimas. Appolinário (2009, p. 85) no Dicionário de Metodologia Científica, citado por Sá Silva (2009), descreve o seguinte: “Sempre que uma pesquisa se utiliza apenas de fontes documentais (livros, revistas, documentos legais, arquivos em mídia eletrônica), diz-se que a pesquisa possui estratégia documental”. Segundo Sá-Silva (2009, p. 06), a diferença entre esses dois tipos de pesquisa está na natureza das fontes, pois “a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias”. Oliveira (2007, p.70), nessa mesma linha de pensamento, ressalta que “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico”.

## **SOBRE A ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**

A escola conta com mais de 70 funcionários, possui 02 áreas de lazer, várias salas de aula bem equipadas para atender a todas as disciplinas, mas nenhuma específica para as atividades musicais. Há instrumentos musicais disponíveis sendo: Dez violões, um baixo elétrico e uma bateria, porém, apenas os violões são usados como oficina contida dentro do Projeto Educação Integral.

---

<sup>1</sup> Para preservar o anonimato da escola, foi utilizado o nome fictício FÊNIX.

O que chamou muito atenção durante o ESM 03 dentro do “Projeto Educação Integral” foi os meus desencontros com os alunos que, por sua vez, ora apareciam na oficina de violão, ora não. Esses imprevistos fizeram com que a cada aula que ministrava conhecia alunos novos que ainda não tinham aparecido em aulas anteriores, impedindo-me de seguir com o planejamento inicial que era trabalhar a prática de conjunto com os mesmos integrantes dos grupos definidos na primeira aula.

## **ANÁLISE: PPP E RELATÓRIO DE ESTÁGIO**

O Projeto Político-Pedagógico dessa escola pública do Distrito Federal, denominado de Proposta Político-Pedagógica, com quarenta e quatro páginas, está subdividida da seguinte forma: Apresentação; Origem histórica, Natureza e contexto da instituição educacional; Fundamentos norteadores da prática educativa; Princípios; Missão; Objetivos institucionais; Organização pedagógica da educação e do ensino oferecido; Organização curricular e matrizes; Processos de avaliação da aprendizagem; Avaliação dos resultados e acompanhamento da execução do PPP; Estratégias de implantação do projeto; Considerações finais; Referências; Apêndices. É importante ressaltar que nos Apêndices encontram-se informações sobre o Plano de Ação referente à Educação Integral e à Interdisciplinaridade.

De acordo com o documento, a estrutura física desta escola pública conta com 29 salas distribuídas em laboratórios, oficina pedagógica, uma sala para atendimentos psicopedagógico, uma sala para orientação educacional, sala para TV e vídeo, sala para TV Escola/videoteca, um auditório com capacidade para duzentos lugares, uma rádio escolar (RádioAção), uma sala adaptada para ginástica, um pátio coberto e três quadras poliesportivas na área externa.

Os alunos dessa escola estão distribuídos em dois turnos: no matutino, há o Ensino Médio, e no vespertino, o Ensino Fundamental. O nível socioeconômico dos pais desses alunos é: 40,6% têm ensino médio completo e renda mensal na faixa de 5 a 6 salários mínimos, enquanto 3,4% são analfabetos com uma média de renda mensal de dois salários mínimos. Ao analisar o Projeto Político Pedagógico, observa-se que existe uma preocupação do corpo diretivo, como também dos professores capacitados, comprometidos e envolvidos, com a qualidade do ensino e aprendizagem na educação como um todo.



Outro aspecto importante a destacar é sobre a Educação Integral, uma vez que as atividades de música, nessa escola são oferecidas como atividades extracurriculares. O estágio curricular supervisionado foi realizado por meio de oficinas de violão, para alunos na faixa etária de 13 a 16 anos, no período da manhã, em duas turmas com uma média de 12 alunos em cada turma. Eram alunos de ensino médio que estudavam no turno vespertino e no turno matutino e iam à escola em seus contraturnos para participar de atividades opcionais.

O Apêndice do PPP, na dimensão da Educação Integral, traça um plano de ação com intuito de aumentar, pelo menos em 20%, nos próximos quatro anos, o índice de aprovação dos alunos que estão defasados em idade/série e com déficit de aprendizagem, como também diminuir, pelo menos em 20%, neste mesmo período, o índice de evasão escolar dos alunos da instituição.

Para o desenvolvimento deste Projeto Político Pedagógico, no apêndice em dimensão da Educação Integral, a Escola Fênix descreve em suas ações o seguinte:

Disponibilizar alimentação escolar; Realizar projetos; Fazer parcerias com monitores ou estagiários da UNB e/ou faculdades particulares e outras instituições; Criar Cursos de Capacitação, conforme a necessidade dos profissionais envolvidos direta ou indiretamente nos projetos a serem desenvolvidos durante o ano (PPP, 2014, p. 26).

A Escola Fênix em sua ação central no Projeto Integral realiza as atividades educacionais de acordo com as articulações promovidas pelo poder público, as quais são desenvolvidas por intermédio de várias oficinas oferecidas aos alunos no contra turno das aulas. Este Projeto de Educação Integral reconhece a obrigação do poder público mediante a liberação de recursos financeiros, para que se tenha a condição de operacionalização deste projeto na vida diária desta escola.

O investimento do poder público neste Projeto de Educação Integral estimula gestores das instituições educacionais públicas, a inserir em seus Projetos Políticos Pedagógicos, ações educacionais voltadas para as soluções de problemas de alunos com dificuldades de aprendizagens, os quais estarão no ambiente escolar durante o dia todo. Essas atividades por meio de oficinas são muito importantes para que estas escolas contemplem e atinjam seus objetivos no ensino-aprendizagem.

O PPP dessa escola pública, na operacionalização desse Projeto Educação Integral, bem como em seu cronograma de trabalho, não inclui atividades de arte/música,

pois mesmo estabelecendo uma parceria com monitores da comunidade e ou com a Universidade de Brasília - UnB, em momento algum, faz menção às oficinas de violão, por exemplo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Objetivo deste trabalho foi mostrar numa visão periférica o quão é urgente a necessidade da implantação imediata da Lei 11.769, bem como os aspectos necessários para promover ações, por meios de projetos que busquem recursos federais para a estruturação física com salas adequadas, compras de instrumentos musicais e materiais, para que se possam suprir as necessidades de um ensino musical eficaz.

Como futuros docentes, não podemos ficar de braços cruzados a observar uma realidade atual nas escolas públicas com relação à disciplina arte/música. Realizei estágios em escolas públicas e percebi que o ensino de música não está inserido no currículo escolar, nem tampouco nos Projetos Políticos Pedagógicos dessas escolas. O não cumprimento e a falta de preocupação das instâncias institucionais responsáveis em informar a Escola Fênix a qual escolhi para esta pesquisa e todas as demais escolas brasileiras, sobre o conteúdo desta Lei, são realmente inadmissíveis.

Os projetos, em forma de oficinas, estão sendo inseridos nesta escola pública do Distrito Federal para suprir as necessidades da Educação Integral a qual, entende-se constituir uma estratégia provisória para a efetivação da expansão da jornada escolar. A Resolução do Fundo Nacional do Desenvolvimento (FNDE) na forma definida na Lei nº 9.608, de 1998, Lei do Voluntariado (Brasil, 2009, Art. 12, caput e § 3º) regulamenta o Programa Dinheiro Direto na Escola, ao tratar especificamente das ações voltadas para a educação integral e é explícita em determinar que os “trabalhos dos monitores” responsáveis pelo desenvolvimento de atividades de aprendizagem musical, “serão considerados de natureza voluntária”.

A presença de membros da comunidade dentro desse ambiente escolar é sem dúvida primordial para o enriquecimento das atuações e práticas educativas nas áreas específicas, as quais devem ter o apoio e incentivo da escola. Entretanto, trabalhar numa jornada escolar ampliada, onde a metade de suas atividades e carga horária está sob a

responsabilidade de atuação de monitores (voluntários) é fato inaceitável. Entende-se que os alunos têm o direito a ser educados musicalmente por professores licenciados e com seus direitos respeitados, como acontece em todos os campos profissionais sendo contratados por meio de concurso público. A educação musical, não suporta voluntariado, improvisação, práticas missionárias ou outro tipo de caridade, por isso, exige tratamento profissional competente, assegurado por relações de trabalho claramente regulamentadas.

O que precisamos na realidade é implementar definitivamente a Lei 11.769 com uma boa vontade política no envolvimento com os projetos culturais criados dentro do ambiente escolar, proporcionando assim, a busca pela renovação na educação musical, tal qual informar os regentes das instituições educacionais públicas que, por hora estão, em sua maioria, desinformados, sobre a existência de uma Lei aprovada em 18 de Setembro de 2008. A sua implantação poderá resultar no avanço da inserção do ensino de música dentro do currículo escolar podendo transformar o cidadão, por meio da música, para um mundo melhor.

Em nosso país parece que os problemas são resolvidos com ações superficiais onde, na verdade, teriam que ser sanados na raiz. Portanto, vejo a necessidade de continuar a realização de pesquisas no ambiente escolar voltadas para a educação musical nas instituições educacionais brasileiras e que visassem promover a implantação da Lei 11.769. Até o momento, a referida lei não está sendo respeitada nem tampouco conhecida por boa parte dos gestores das escolas públicas que, por sua vez, estão criando projetos paliativos como as oficinas de violões e contratando monitores das comunidades, ao invés de estarem requisitando do governo, por meio de concursos públicos, professores gabaritados e licenciados em música para o ensino da educação musical escolar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PENNA, Maura. Educação musical e educação integral: A música no Programa Mais Educação. **Revista da ABEM**, Londrina, v.19, p. 141-152, 2011.

FIGUEIREDO, Sérgio Luiz Ferreira de. Educação musical nos anos iniciais da escola: identidade e políticas educacionais. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 12, p. 21-29, 2005.

ARROYO, Margarete. Indagações sobre currículo. Brasília, p.19, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. *LEI Nº 11.769*, Altera a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, *18 de agosto de 2008*.

HUMMES, Júlia Maria. Por que é importante o ensino de música? Considerações sobre as funções da música na sociedade e na escola. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 11, 17-25, 2004.

FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. De tramas e Fios: um ensaio sobre música e educação. São Paulo: UNESP, 2005.

SOUZA, Fernanda de. O brinquedo popular e o ensino de música na escola. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 19, p. 75-81, 2008.

**ABEM**, Música nas escolas. Lei nº 11.769. *Obrigatoriedade da música na educação básica como conteúdo obrigatório (mas não exclusivo) do ensino da arte*, Disponível em: <http://abemeducacaomusical.com.br/artsg2.asp?id=20>.

CAVALIERE, Ana Maria. “Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral” - Diretrizes da Educação Integral – DF - Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA/DIRETORIA DE CONCEPÇÕES E ORIENTAÇÕES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica. Art. 210 da Constituição Federal de 1988.

OLIVEIRA, M. M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, 2007, p.70.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande do Sul, n.1, p. 6, 2009.

APPOLINÁRIO, F. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo, Atlas, p. 85, 2009.

PACHECO, Suzana Moreira. SALTO PARA O FUTURO: Proposta Pedagógica Educação Integral. Ano XVIII, bol. 13, P. 05, 2008.

RADICETTI, Felipe. O Que Foi Feito da Campanha “*QUERO EDUCAÇÃO MUSICAL NAS ESCOLAS*”. **Revista NUPEART**, v.10, Rio de Janeiro, p. 63, 2012.

BARBOSA, Maura. **Revista GESTÃO ESCOLAR**. São Paulo, vídeo, 2014. Disponível em: <<http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/projeto-politico-pedagogico-ppp-pratica-610995.shtml>>. Acesso: 15/10/2014.